

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DIVINO – MG

Processo nº 082/2022

Tomada de preços nº 005/2022

EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 27.740.311/0001-43, com sede na **Avenida Raja Gabaglia, nº1.617, Sala 302, 3º andar, Bairro Luxemburgo, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.380-403**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Apresentado pela empresa **ECOMIG GESTÃO DE RESÍDUOS LTDA.**

Requer-se, desde já, o recebimento do presente recurso, na forma prevista em lei, com seu encaminhamento à autoridade competente para a devida apreciação, requerendo a total e completa procedência.

I– DA TEMPESTIVIDADE

De pronto, urge registrar a tempestividade do presente recurso administrativo, mormente porque apresentado dentro do prazo legal.

II- DOS FATOS

Trata-se de processo licitatório instaurado pela Prefeitura Municipal de Divino/MG, **processo nº 082/2022, tomada de preços nº 005/2022**. Tem por objeto a prestação de serviços contínuos de limpeza pública no Município de Divino.

Ocorre que, a empresa **ECOMIG GESTÃO DE RESÍDUOS LTDA.** recorreu alegando que a Contrarrazoante descumpriu com o estabelecido no edital uma vez que enviou o anexo VII, sem o devido reconhecimento de firma reconhecida em cartório. E ainda, que o Balanço Patrimonial não foi registrado na junta comercial.

Apesar disso, demonstraremos a seguir que as irresignações da Recorrente não haverão de prevalecer.

III- DA INEXIBILIDADE DE ASSINATURA COM RECONHECIMENTO EM CARTÓRIO

De conformidade com o Art. 32 da Lei nº 8.666/93, os documentos habilitatórios podem ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

Ocorre, porém, na esfera Federal, o Decreto nº 9.094/14 determina que o reconhecimento de firma só será necessário de houver dúvida quanto à autenticidade ou previsão legal das informações.

Em geral, em face do custo envolvido, tal exigência é considerada restritiva de participação e, portanto, não pode ser considerada como regra.

O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no seguinte sentido:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. FALTA DE RECONHECIMENTO DE FIRMA EM CERTAME LICITATÓRIO.

1. A ausência de reconhecimento de firma é mera irregularidade formal, passível de ser suprida em certame licitatório, em face dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

2. Recurso especial improvido. Discute-se no presente feito, se a falta de reconhecimento de firma do advogado subscritor da proposta em feito licitatório é suficiente para eliminação do certame em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Ora, a ausência de reconhecimento de firma pode ser facilmente suprida pelos demais documentos apresentados e ao longo do procedimento licitatório (grifo nosso). Deste modo, ela se constitui em mera irregularidade, perfeitamente sanável, pois não causa qualquer prejuízo ao interesse público. 6 Nessa seara, a legalidade estrita cede terreno à instrumentalidade das exigências do edital, porquanto a irregularidade ocorrida (falta de reconhecimento de firma do instrumento de procuração) constitui-se em defeito irrelevante ao não comprometer a identificação do participante e do seu mandatário no certame.

(Recurso Especial 542.333/RS – Rel. Min. Castro Meira – Segunda Turma – Data da Publicação: 07/11/05 – grifou-se)

Além disso, o Tribunal de Contas da União tem o mesmo entendimento:

Acórdão 291/2014 – Plenário – TCU

9.3. Dar ciência à Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO das seguintes irregularidades e impropriedades ocorridas na Tomada de Preços 05/2013, com vistas a evitá-las em futuros certames licitatórios destinados à contratação de objetos custeados por recursos federais:

9.3.4. Inabilitação de empresa devido à ausência de reconhecimento de firma, exigência essa que apenas pode ser feita em caso de dúvida da autenticidade da assinatura e com prévia previsão editalícia, conforme entendimento desta Corte, a exemplo do Acórdão 3.966/2009-2ª Câmara; Acórdão 604/2015 – Plenário

9.3.2 a jurisprudência desta Corte de Contas considera restritiva à competitividade das licitações cláusula que exija a apresentação de documentação com firma reconhecida em cartório, conforme Acórdão 291/2014 – Plenário;

Em relação a esse tema o TCU, no seu manual de licitações e contratos, 4ª edição, página 464, manifestou-se no sentido de que:

“Ressalvada imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.”

Assim, resta comprovado que, como regra geral, a exigência de firma reconhecida em documento de licitação não encontra amparo na legislação vigente, sendo, portanto, inadequada a sua exigência em edital.

Ainda, a apresentação da assinatura eletrônica digital pode ser verificada através de QR CODE conforme demonstrado abaixo



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS

Belo Horizonte, 30 de setembro de 2.022

A
Prefeitura Municipal de Divino
A/C Comissão Permanente de Licitação
Referência: Tomada de Preços nº 005/2022

Prezados Senhores,

A empresa **EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 27.740.311/0001-43, por meio de seu representante legal, vem relacionar e declarar, para os fins previstos no edital, os equipamentos disponíveis para a prestação dos serviços objeto da licitação, consoante as exigências do instrumento convocatório:

Equipamento:

- ✓ 01 (um) caminhão marca VW, modelo: 17.230, equipado com coletor compactador de 15 m³ ou similar;
- ✓ 01 (um) caminhão basculante Marca VW modelo 11.180 ou similar
- ✓ Pá, vassouras e garrafa térmica que constituem equipamentos obrigatórios;
- ✓ 01 Pick-up tipo Fiorino
- ✓ 01 Roçadeiras Costal
- ✓ 06 Carrinhos Lutocar

Evolução Serviços e Soluções Ambientais Ltda
CNPJ 27.740.311/0001-43
David Antônio Patrocínio Moreira
Diretor Executivo
CI: MG 12.851.008/CPF: 076.445.316-62

Av. Raja Gabaglia, nº 1617 – 3º andar – Bairro Luxemburgo – Belo Horizonte/MG
CEP.: 30380-435 | Fone: (31) 3141-2242 | e-mail: licitação@evolucao.eco.br | CNPJ – 27.740.311/0001-43

Página 1/2 - Documento assinado no Assinador Protense. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: <https://assinarweb.com.br/protense/verificar> e informe o login: 0188049 e senha: 7s36V73v



PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Protense garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinarweb.com.br/protense/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0188049

Passo 3 - Digite a senha: 7s36V73v



Dessa forma, requer que mantenha a empresa **EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.** como habilitada no processo licitatório, para em seguida, participar da abertura do envelope de proposta comercial. *Nug*

IV- DA INEXIBILIDADE DO BALANÇO PATRIMONIAL

A recorrente alega que a Contrarrazoante “*apresentou seu balanço patrimonial sem o registro na junta comercial, como manda o edital. Há tão somente a autenticação do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, mas não verifica o devido registro na junta.*”

De fato, o Código Civil estabelece que a sociedade empresária está vinculado ao Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial) e a sociedade simples ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas (Cartório), a saber:

“Art. 1.150. O empresário e a sociedade empresária vinculam-se ao Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, e a sociedade simples ao Registro Civil das

Pessoas Jurídicas, o qual deverá obedecer às normas fixadas para aquele registro, se a sociedade simples adotar um dos tipos de sociedade empresária.”

Entretanto, com o advento Escrituração Contábil Digital (ECD) – **SPED**, no qual estendeu-se a quase todos tipos de empresa e regimento tributário, a comprovação de autenticidade se faz pelo recibo de entrega emitido pelo Sped, deixando de existir o registro físico no Livro Diário.

O Decreto nº 9.555, de 06 de Novembro 2018 estabelece que:

*“Art. 1º A autenticação de livros contábeis das pessoas jurídicas não sujeitas ao Registro do Comércio, exigível para fins tributários, de acordo com o disposto no § 4º do art. 258 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, poderá ser feita pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped, instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, **por meio da apresentação de escrituração contábil digital**, na forma estabelecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.*

Art. 2º A autenticação dos livros contábeis digitais de que trata o art. 1º será comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo Sped, dispensada qualquer outra forma de autenticação.”

Deste modo, a escrituração contábil digital será autenticada diretamente pelo SPED, sendo dispensada qualquer outra forma de autenticação, independentemente do registro estar submetido ao Registro Público de Empresas Mercantis ou ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

A Instrução Normativa RFB Nº 2003/2021, dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD), onde em seu Art. 2º, deixa expresso a substituição dos arquivos impressos e dá legitimidade aos Balanços contidos no ECD,

“Art. 2º A ECD compreenderá a versão digital dos seguintes livros:

I - Diário e seus auxiliares, se houver;

II - Razão e seus auxiliares, se houver; e

III - Balancetes Diários e Balanços, e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

Parágrafo único. Os livros contábeis e documentos mencionados no caput devem ser assinados digitalmente, com certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), a fim de garantir a autoria, a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do documento digital.”

Nesse sentido, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCE/ES considerou que:

“a exigência de que o balanço patrimonial apresentado por licitante, como requisito de qualificação econômico-financeira, seja registrado na junta comercial extrapola a previsão do art. 31, inciso I, da Lei Nacional n.º 8.666/93, exceto para licitantes enquadradas no regime de Sociedade Anônima – S/A (Lei nº 6.404/1976), sendo suficiente para as demais que o referido documento e demonstrações contábeis constem das páginas correspondentes do Livro Diário, devidamente autenticado, com os competentes termos de abertura e de encerramento”.

Assim, conforme demonstrado, resta comprovada a capacidade da empresa, ora Contrarrazoante **EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, que cumpriu com todos os requisitos do edital licitatório.

V- DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer o recebimento e o acolhimento da presente contrarrazões ao recurso administrativo, para que julgue totalmente improcedente o recurso interposto por **ECOMIG GESTÃO DE RESÍDUOS LTDA**, diante as razões expostas, e mantenha a habilitação da Contrarrazoante **EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, para que possa participar das próximas fases do Pregão Licitatório.

Nestes termos, pede deferimento.

Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022

EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA
CNPJ 27.740.311/0001-43